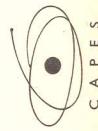


Bernardo Borges Buarque de Hollanda  
Heloisa Helena Baldy dos Reis  
(Orgs.)

Hooliganismo e Copa de 2014

**7 LETRAS**



coleção VISÃO DE CAMPO



## CAPÍTULO II

### A madeira da lei: gerir ou gerar a violência nos estádios brasileiros?

Marcos Alvito

*Para meu querido amigo e agora compadre Bernardo Borges  
Buarque de Hollanda, caráter talhado em madeira de lei*

Estando aqui na qualidade de debatedor,<sup>1</sup> irei dialogar com a excelente comunicação feita pela Dra. Anastassia Tsoukala. Vou pensar o caso brasileiro a partir de alguns conceitos e questões tão bem apontados em seu trabalho (TSOUKALA, 2012) e de algumas comparações com o caso inglês sobretudo. Ela parte de algumas indagações fundamentais:

*Qual a racionalidade, ou quais as rationalidades em torno das quais são montados os dispositivos de segurança, vigilância e controle?*

*Em que medida determinados tipos de gestão da violência nos estádios não somente são incapazes de impedi-la mas na verdade contribuem para sua permanência e até para a sua exacerbação?*

*De que maneira a preocupação com a segurança deixa em segundo plano o respeito à democracia e às liberdades individuais?*

*Uma outra racionalidade na gestão do fenômeno daria melhores resultados?*

Antes de tentar responder a estas perguntas, irei fazer um breve passo pela bibliografia acerca de policiamento de torcedores de futebol.

#### UM CAMPO EM EBULIÇÃO: A BIBLIOGRAFIA ACERCA DO POLICIAMENTO DE TORCEDORES

A bibliografia acerca do hooliganismo e da violência dos torcedores em geral é praticamente um subcampo de estudos na literatura acerca do esporte. Há

<sup>1</sup> Decidi manter o texto muito próximo do tom oral e polêmico utilizado na minha comunicação durante o Simpósio, no sentido de respeitar o objetivo do mesmo: “intercambiar ideias” e “refletir com interesse pragmático sobre os desafios da implantação de políticas preventivas para os próximos anos no país”.

uma abundância de obras, enfoques e polêmicas marcantes, que chegam a durar décadas, como aquelas envolvendo a chamada Leicester School e seus detratores desde a década de 1960.<sup>2</sup> A produção bibliográfica acerca do policiamento é bem mais escassa e recente. Em 2005, Megan O'Neill chega a afirmar que seu *Policing Football* era o primeiro estudo sociológico detalhado acerca do papel da polícia no futebol britânico (O'NEILL, 2005, p. 3). Pode ser um exagero, afinal houve pelo menos um estudo anterior, não tão detalhado mas focando especificamente a atuação da polícia e a opinião dos torcedores sobre isso (WILLIAMS e NEIL, 1993). Mas é verdade que a grande maioria dos estudos publicados só vem à luz no século 21 (FROSDICK e MARSH, 2005; STOTT e PEARSON, 2007; TSOUKALA, 2001; WADDINGTON, 2007).

Acredito que a grande inflexão na maneira de pensar o problema da segurança nos estádios ocorreu após o desastre de Hillsborough em 1989. Lord Taylor, o magistrado encarregado da investigação, conseguiu provar que a tragédia não havia sido causada pelo hooliganismo e sim pelas medidas extremas tomadas para contê-lo combinadas com a falta de organização de planejamento (TAYLOR, 1990; WILLIAMS, 2012). A partir das recomendações do seu relatório, houve uma revolução copernicana (que infelizmente ainda não chegou ao Brasil) em termos do tratamento dispensado aos torcedores, com o fim dos estádios semelhantes a campos de concentração com cercas e arame farpado. A extinção dos *terraces*<sup>3</sup> e a obrigatoriedade de assistir aos jogos em cadeiras individuais representaram um grave atentado à cultura torcedora: o retorno do direito de assistir aos jogos de pé é até hoje uma reivindicação das associações de torcedores inglesas. Houve uma gentrificação do público com um aumento estratosférico no preço dos ingressos a partir da criação da Premier League em 1992.

Mas houve também muitos avanços no campo das propostas de segurança (e não somente policiamento) de estádios. Por um lado, as polícias, sobretudo a inglesa, sofisticaram seu arsenal de controle dos torcedores, com o uso indiscriminado de circuitos internos de televisão, elaboração de um banco nacional de dados acerca de torcedores vistos como potencialmente violentos ou já condenados e todo um aparato jurídico destinado

<sup>2</sup> Para um breve resumo acerca das principais teorias e para uma caracterização da contribuição da Leicester School, veja-se FROSDICK e MARSH, 2005.

<sup>3</sup> Terraces eram áreas geralmente descobertas de arquibancadas de concreto, onde os torcedores assistiam aos jogos de pé, na chuva, no frio e na neve. Normalmente localizavam-se na área atrás dos gols e ali concentravam-se os torcedores mais fanáticos, sobretudo os mais jovens. Os ingressos para esta área eram os mais baratos.

a banir a presença de torcedores vistos como indesejáveis, mesmo que ainda não haja comprovadamente algo contra eles, como veremos à frente. Mesmo fugindo do antigo modelo militarizado de policiamento, em que o torcedor era encarado como um “animal” e tratado de forma correspondente, a proposta inglesa ainda é basicamente repressiva e reativa (FROSDICK e MARSH, 2005, p. 153-163). Além do frequente desrespeito aos direitos individuais, este modelo não é preventivo e nada faz para atacar e debelar as causas do fenômeno.

Por outro lado, surgiram também propostas inovadoras, sobretudo na Holanda, a partir do trabalho de Otto Adang à frente da Academia de Polícia da Holanda. Este novo esquema de policiamento foi batizado de “policiamento amigável, mas firme”. Foi testado pela primeira vez na Eurocopa de 2000, em que Holanda e Bélgica foram sedes do torneio e compartilharam a organização. A polícia belga adotou o velho enfoque de intimidar e reprimir os torcedores com resultados desastrosos: arremessou bombas de gás lacrimogênio em um bar lotado e prendeu todos que estavam nele, inclusive um turista americano e um executivo suíço que não tinham nada a ver com aquilo (FROSDICK e MARSH, 2005, p. 165). A polícia holandesa adotou um estilo diametralmente oposto: criou uma atmosfera carnavalesca com alto-falantes em todo volume, inclusive para abafar manifestações indesejadas de alguns torcedores. Removeram das praças os objetos que poderiam ser arremessados, como mesas e cadeiras, e fizeram com que os bares servissem uma cerveja de baixo teor alcoólico em copos de plástico. Evitaram aparecer de forma ostensiva, mas agiram de maneira firme quando foi necessário. Resultado: não houve nenhum incidente grave, ao contrário do que ocorreu na Bélgica.

É preciso que as autoridades brasileiras informem-se antes de adotar este ou aquele modelo de policiamento para os grandes eventos dos próximos anos.

#### O CASSETETE E A FILMADORA: POLICIAMENTO NO BRASIL E NA INGLATERRA

Pensemos então o caso brasileiro a partir da inspiradora apresentação da Dra. Tsoukala:

*Qual a racionalidade, ou quais as racionalidades em torno das quais são montados os dispositivos de segurança, vigilância e controle (no Brasil)?*

Entre 2005 e 2007 realizei uma pesquisa acerca do policiamento de torcidas organizadas no Rio de Janeiro intitulada: “A paixão vigiada”. Depois esta pesquisa foi continuada de forma comparativa na Inglaterra durante a temporada 2007-2008. No decorrer da fase brasileira fiz um trabalho de campo dividido em duas etapas: primeiramente junto às forças policiais e depois junto a algumas das principais torcidas organizadas do Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Na fase inicial, minha atenção recaiu sobre o *Grupamento Especial de Policiamento em Estádios*, criado em 1991 e até hoje a única força policial especializada nesta atividade existente no Brasil. Frequentei as instalações do GEPE, então baseado no Maracanã, entrevistei seu comandante e conversei com os policiais que o integravam. Também fui a partidas com os policiais do GEPE e observei seu comportamento antes, durante e depois dos jogos.

Algumas coisas me chamaram a atenção. Em primeiro lugar, embora o GEPE seja especializado em policiamento em estádios (seu brasão ostenta um desenho do Maracanã), ele é subordinado ao Batalhão de Polícia de Choque, ou seja, uma “unidade voltada para o controle de distúrbios civis em áreas abertas e fechadas”. O BPCH, popularmente conhecido como “Batalhão de Choque”, era a tropa encarregada, durante o regime militar, de reprimir duramente grevistas ou manifestações estudantis e políticas em geral, por exemplo. O Batalhão de Policiamento de Choque e consequentemente o GEPE são unidades da Polícia Militar, ou seja, basicamente, em termos de filosofia são uma tropa de combate.

Quem chega a um estádio de futebol em dia de um jogo minimamente importante tem a impressão de chegar a uma praça de guerra: um pesado e ostensivo aparato policial, com policiais inclusive armados de fuzis, polícia montada, cães e nos clássicos de maior expressão helicópteros. Algo muito longe do “ambiente festivo” que seria recomendável criar em um evento esportivo. Embora haja centenas de policiais espalhados em volta do estádio, todavia, eles não garantem um mínimo de respeito aos direitos dos torcedores. Por exemplo: há poucas bilheterias abertas no dia do jogo, ademais funcionando lentamente o que gera longas filas e muita confusão.

A poucos metros cambistas oferecem ingressos (nem sempre verdadeiros)

muitas vezes sem sofrer repressão policial. Certa vez, no Engenhão, testemunhei um policial vindo receber sua parcela no lucro do cambista sem nenhum subterfúgio, à luz do dia.

Pode parecer que esta história de bilheterias e cambistas não tem relação com a questão da segurança, mas como a Dra. Tsoukala demonstrou, muitas vezes incidentes violentos ocorrem devido a falhas organizacionais, infraestruturais. É que no Brasil a palavra “segurança” tem um significado perverso: ela é usada como sinônimo para policiamento e até mesmo para a violência pura e simples. Sendo assim, desprezam-se fatores essenciais constitutivos da segurança pública nos estádios:

#### *Transporte*

O transporte é claramente uma medida de segurança em vários sentidos. Se for confiável, confortável e rápido, impedirá uma grande concentração de torcedores chegando ao estádio ou tentando sair dele, que é talvez o momento mais perigoso para os torcedores; muitos incidentes violentos e confrontos de torcidas acontecem exatamente durante a ida para o estádio ou durante o retorno para casa. Em uma entrevista, o comandante do GEPE naquela ocasião reclamou do horário dos jogos noturnos: 21:45 no meio da semana. Os trens param às 22h, o metrô (a não ser em jogos especiais) às 23h e em jogos de determinadas equipes as empresas de ônibus adotavam um esquema “especial”: mudavam seu itinerário ou retiravam os seus carros, fazendo com que o GEPE tivesse que lidar com milhares de torcedores irritados e preocupados com a volta para casa. Os horários, aliás, destes jogos noturnos, extremamente tardios, sem dúvida devem ser vistos também como causadores de um problema de segurança. É curioso que os comentaristas que vivem a esbravejar pedindo mais “segurança” (com aspas), não percebam que as redes de televisão que pagam seus salários, e que impõem horários pós-novela aos jogos, são causadoras de um problema de segurança pública (sem aspas).

#### *Tráfego de carros e trânsito de pedestres*

Quando fiz trabalho de campo junto à polícia inglesa, percebi que uma das maiores, senão a maior preocupação dos policiais responsáveis pelos jogos era a questão do “escoamento” dos torcedores após o jogo. Assim que o jogo terminava eles monitoravam toda a movimentação da massa de torcedores até os meios de transporte, estabelecendo metas para a dispersão

<sup>4</sup> Nesta segunda fase tive a ajuda de três bolsistas de iniciação científica: Isabella Trindade, Natasha Schumack e Flávio Amieiro. Eles se revelaram excelentes pesquisadores e lhes agradeço pelo diálogo intelectual enriquecedor, pelas contribuições à investigação e pelo companheirismo.

final daqueles que tinham vindo até o jogo. Este objetivo é facilitado pelo planejamento minucioso, que prevê a interdição das ruas próximas ao estádio *antes e depois* do jogo.

No Brasil, ao menos no Rio de Janeiro e em São Paulo, que conheço melhor, assim que termina o jogo milhares de torcedores literalmente correm para tentar chegar primeiro aos escassos meios de transporte. Ao sair do estádio, depois de se acotovelarem em corredores e rampas, atravessam ruas em meio aos carros, ônibus e motos, sem nenhuma segurança. Vejam que os fatores de (in) segurança se inter-relacionam: falta de transporte leva à pressa na saída do estádio, a qual, dificultada pela ausência de medidas (de segurança), implica riscos para o torcedor. Comparem com os esquemas de transporte (estes sim especiais) montados para grandes shows de rock (Paul McCartney, p. ex.) para perceber que o torcedor é sempre tratado como cidadão de segunda classe.

Outra coisa que observei na Inglaterra e da qual nunca ouvi sequer ser cogitada no Brasil é a existência de um corredor de emergência, para ser utilizado por ambulâncias no caso de uma tragédia de grandes proporções ou mesmo para a retirada mais rápida e eficiente de pessoas necessitadas de um tratamento médico mais especializado. Imaginem uma ambulância tentando sair do Maracanã em meio à massa de torcedores chegando ou saindo.

#### *Conforto enquanto respeito*

Já vimos que o torcedor que vai ao estádio (ou tenta ir) sofre vários tipos de desrespeito. Além dos já mencionados, há outros. Do lado de fora do estádio não há banheiros suficientes. Ao contrário do que ocorre em shows musicais, quando são colocados banheiros químicos em volta do local do espetáculo, isto não ocorre quando dos jogos de futebol, onde às vezes há um número muito maior de pessoas do que nos referidos shows. Muitos torcedores, cujo ritual de ida ao estádio inclui o consumo de algumas cervejas com os amigos, “aliviam-se” nas ruas próximas, o que contribui para o mau cheiro no entorno do estádio. Aqui temos o círculo vicioso perfeito: tratados como animais, os torcedores acabam comportando-se como tal. Isto não gera um clima civilizado e cordato. É claro que tudo isso poderia ser pelo menos amenizado caso o interior do estádio fosse confortável e amigável, atraindo os torcedores para nele ingressarem um bom tempo antes do jogo começar, o que aliás também seria uma medida de segurança,

pois quanto mais gente lá fora maior o atrapelo para entrar e maior a possibilidade de surgirem problemas entre grupos de torcedores rivais. Mas os bares do interior do estádio, além de insuficientes e incapazes de dar conta da demanda, cobram preços extorsivos que espantam os torcedores. Na Inglaterra, alguns clubes colocam aparelhos de televisão junto aos bares para fazer com que pelo menos alguns torcedores fiquem um pouco mais no estádio vendo os gols ou os melhores lances, evitando ou diminuindo a quantidade de torcedores que tentam sair ao mesmo tempo. Conforto é respeito, conforto é segurança.

Qual é, portanto, a racionalidade do dispositivo de segurança no caso brasileiro? Já demonstramos que não há segurança, o que existe é policiamento. E como se dá este policiamento? A sua lógica é a mesma lógica predominante na Polícia Militar como um todo: a lógica da guerra, a lógica do confronto com o inimigo.

Quando ia aos estádios ingleses, ficava impressionado com o aparato de vigilância e controle. É ostensivo e do ponto de vista simbólico é até agressivo: lembro de desembocar do trem em Nottingham sob a mira da filmadora de um policial, tendo respondido apontando minha câmera fotográfica na direção do mesmo. De qualquer forma, no caso inglês existe uma preocupação em registrar os possíveis “causadores de problemas” para posterior identificação, indicamento e condenação. Na prática este sistema muitas vezes ultrapassa os limites legais e desrespeita as liberdades individuais: às vezes os juízes emitem *banning orders* diante de indícios de que aquela pessoa possa ser um “torcedor de risco” para usar a terminologia da Dra. Tsoukala. De qualquer forma, pressupunha-se um trabalho policial de investigação. Para cada um dos 92 clubes das quatro divisões principais existe um *Football Intelligence Officer* encarregado de “vigiar” e pesquisar os torcedores de um determinado clube. O Football Intelligence Officer dedica boa parte do seu tempo a colher informações sobre os chamados “risk supporters” (torcedores de risco), ou seja, os torcedores que podem vir a criar algum problema antes, durante ou depois do jogo. Bryan Drew, coordenador da Football Police Unit, que gerencia nacionalmente o sistema, me explicou que depois de décadas de experiência eles conseguiram classificar os torcedores em três categorias: “primeiro você tem as pessoas que nunca irão causar um problema”. Depois, “você tem uma pequena minoria que vai com o intuito de ser um problema” (DREW, 2008). Entre essas duas, “você tem um grupo de pessoas que pode se comportar de

uma forma ou de outra, dependendo de quanta bebida tomaram, ou das oportunidades para bagunça no caso da polícia não estar presente...” O FIO (Football Intelligence Officer) de um determinado clube vai a todos os jogos, em casa e fora, fotografando, filmando, requisitando gravações do Circuito Interno de Televisão, enfim, coletando dados e provas acerca dos “torcedores de risco”. Para obter informações vale tudo, inclusive recrutar espiões dentro os grupos de hooligans, recompensando o informante com dinheiro ou com um alívio de pena. Muitas informações, porém, são voluntariamente obtidas junto aos próprios hooligans, que depois de horas bebendo no pub muitas vezes dão com a língua nos dentes, anunciando ações futuras ou vangloriando-se do que já fizeram diante do FIO.

Os dados obtidos por ele ficam em um site administrado pela unidade chefiada por Drew. Digamos que o Leicester vá receber a visita do Coventry pelo campeonato da segunda divisão. Para avaliar o risco presente naquele jogo e as medidas que deverão ser tomadas, o FIO do Leicester entra no site do FPU e colhe os dados sobre os torcedores de risco do Coventry; quantos eles são, se têm agido ultimamente, se muitos deles pretendem vir a Leicester, se estão planejando alguma briga e por aí vai... Além das informações obtidas no site da FPU, ele entra em contato direto com o FIO do Coventry, que lhe passa as informações mais recentes. Além disso, o FIO viaja junto com os torcedores do clube, não somente para colher informações sobre eles, mas para ajudar seu colega de Leicester. O relatório de cada jogo está disponível neste site, contendo informações sobre os torcedores dos 92 clubes das quatro primeiras divisões do futebol inglês. Portanto, a primeira tarefa da Football Police Unit é coordenar e disseminar toda a inteligência policial acerca dos “torcedores de risco” da Inglaterra e de Gales (a Escócia tem uma força policial independente). Eles são responsáveis pela criação daquilo que Bryan chama de National Football Intelligence Network (Rede Nacional de Inteligência relacionada ao Futebol), articulando todos aqueles envolvidos no combate à violência causada por torcedores de futebol.

Com base nessas informações, os FIOs colhem provas contra os “torcedores de risco”, aqueles sardinhamente inclinados à violência. O objetivo último é reunir um conjunto de provas suficiente para afastá-los, ao menos temporariamente, dos jogos de futebol. Por exemplo: se o FIO e os outros policiais conseguirem provar que um determinado torcedor vive freqüentando bares onde grupos de hooligans se reúnem, foi filmado dentro do

estádio cantando insultos racistas e fotografado na rua brigando com os torcedores do outro time, esse material incriminatório é levado a um juiz que emite então uma FBO (Football Banning Order), ou seja, uma Ordem de Banimento do Futebol. Essa figura jurídica foi criada em agosto de 2000 e em março de 2008 havia mais e três mil e quinhentos torcedores submetidos a uma FBO.<sup>5</sup> O banimento do futebol varia entre um mínimo de três e um máximo de dez anos. A FBO corre paralelamente ao processo criminal, ou seja: o sujeito pode ser condenado à prisão e ao mesmo tempo também receber uma FBO. *Todavia, algumas vezes não há provas suficientes para uma condenação, mas há material bastante para que seja emitida uma FBO.* Aqui está a brecha jurídica tão criticada pela Dra. Tsoukala. Nove em cada dez torcedores que sofrem uma FBO praticaram violência, oito em cada dez estiveram envolvidos em atitudes racistas e um em cada sete em desordens. Quando não há provas suficientes nem mesmo para uma FBO, o dossier reunido pela polícia é passado para o clube, que tem o direito de proibir a entrada daquele torcedor no estádio, inclusive para sempre, já que se trata de propriedade privada. Ou seja, há um verdadeiro cerco aos torcedores violentos e/ou problemáticos. Aquele que recebeu uma FBO não pode frequentar jogos de futebol, muitas vezes sendo até mesmo obrigado a ficar a uma boa distância do estádio – impedindo-o de encontrar seus parceiros em um pub, por exemplo. Além disso, é obrigado a entregar seu passaporte à polícia toda a vez que a seleção da Inglaterra viaja ao exterior. Ou seja, na prática a FBO tem a força de limitar seriamente os direitos de cidadania do indivíduo, ao menos em dias de jogo. Bryan Drew e a equipe da FPU coordenam nacionalmente as FBOs, escrevendo cartas para os recém-banidos, comunicando-lhes que têm que entregar seu passaporte, apresentar-se à polícia e por aí vai.

No caso inglês, ele acha que as FBOs foram decisivas, porque reduziram e impediram boa parte da violência relacionada ao futebol, influenciaram o comportamento dos torcedores e isolaram a minoria de causadores de problemas. A prova disso é que o número de prisões em jogos de futebol tem diminuído consistentemente nos últimos anos. As FBOs, contudo, só funcionaram, na opinião de Bryan, por terem sido utilizadas como parte

<sup>5</sup> Segundo os últimos dados oficiais disponibilizados pelo Home Office, em 29 de novembro de 2011, o número de *football banning orders* ainda vigentes era de 3.173, representando uma queda em relação a 19 de novembro de 2009, quando era de 3.248. Neste período de dois anos foram emitidas 942 FBOs (HOME OFFICE, 2011, p. 2).

de uma estratégia coordenada que envolve os clubes de futebol, a polícia e o sistema judiciário.

Antes de cada jogo, os policiais que participarão do esquema de policiamento são reunidos em um auditório, assistem a uma palestra do oficial encarregado do comando com informações detalhadas acerca do contexto em que a partida está sendo realizada, as últimas informações provenientes dos FIO's, lista e foto de torcedores proibidos de entrar no estádio, locais de reunião dos torcedores (pubs) e outros dados (sobre evacuação em caso de desastre, por exemplo). A cada um dos policiais é distribuída uma apostila com os dados relativos à partida, mapas, códigos de comunicação etc.

No caso do GEPE, não havia nenhum trabalho de investigação *perceptível*. Era uma tropa militar que se apresentava para os jogos, entrava em forma e era encaminhada para o respectivo setor. Sem nenhuma preleção especial, sem nenhuma estratégia específica. Na prática, além do *walkie-talkie* e do *spray* de pimenta, talvez tributos à fascinação tecnológica mencionada pela Dra. Tsoukala, o principal instrumento de trabalho destes policiais era o “bom” e velho cassete. Palavra que, diga-se de passagem, vem do francês e significa “quebrar-cabeças”.

Certa vez vi um dos policiais do GEPE gabando-se do fato de que ele tinha mandado fazer um cassete de maçaranduba, uma madeira dura e pesada. Rindo, esclareceu: “dói pra cacete”. Quando havia confusões com torcedores, do mesmo time ou de equipes rivais, *na maioria das vezes*, os policiais do GEPE não filmavam, os policiais do GEPE não apartavam, não prendiam: como se fossem também eles um grupo de brigões, empunhavam seus cassetetes, de maçaranduba ou não, e saíam “varrendo” ou “escovando” os torcedores em todas as direções. Estes termos dão bem a dimensão de como os torcedores são percebidos: é uma espécie de gado ou até pior, pois se o gado pode e deve ser pastoreado com algum carinho, os torcedores são movimentados a golpe de cassete como se fossem animais. Exemplificando: em um Flamengo x Botafogo realizado em 29 de abril de 2007 havia uma enorme concentração de torcedores do Botafogo junto à rampa da UERJ. Apesar disso, alguns torcedores do Flamengo, vindos da estação de trem ou do metrô, se dirigiam para aquela entrada. No trajeto até o estádio estavam sendo hostilizados pelos torcedores do Botafogo, que estavam em maioria. Aquele era um jogo decisivo e era bastante previsível que aquilo viesse a ocorrer. Houve algum planejamento prévio? Não. Que ação foi tomada pela polícia? Aconselhamento e condução dos torcedores

do Flamengo para a outra entrada? Nada disso. A polícia tão simplesmente atirava os cavalos em cima dos torcedores, obrigados a correr não somente dos animais mas também dos cassetetes brandidos em sua direção. A única coisa que restou aos torcedores foi entoar um conhecido coro em que se acusa a PM de ser a vergonha do Brasil.

Tendo convivido pelo menos durante algum tempo com os policiais do GEPE, é preciso lembrar as suas péssimas condições de trabalho. Ganham pouco, trabalham muito e correndo grandes riscos (são requisitados pelo BPCh para outros serviços), não têm assistência médica de qualidade (soldado diz que teve que chegar no Hospital Geral da Polícia Militar às 2h da manhã para marcar uma consulta), seu “quartel” não tem condições adequadas (ao entrar no banheiro do GEPE vi que estava muito sujo, sem sabão, com algumas privadas sujas<sup>6</sup>). Um deles reclamou comigo que estava querendo comprar uma casa numa favela em Santa Cruz, uma região bastante periférica, e não tinha nem dinheiro para isso.

Os baixos salários destes policiais são conhecidos também dos torcedores das organizadas. Um deles brincava dizendo que PM significava “Pão com Mortadela”, sanduíche que eles iam comer de graça na padaria (uma prática comum).

Conversando com um praça do GEPE ele me disse o seguinte: o problema estaria nos jovens de 15 a 17 anos que “se acham” e querem bater nos outros, mas que eles do GEPE dão uma *porrada* neles e eles se acalmam. Uma tenente, conversando com uma das bolsistas, revelou o apelido do cassete longo (utilizado pelo GEPE) junto aos policiais: TC ou traumatismo crâniano. Um componente de uma torcida do Flamengo me disse que só de ouvir o nome do comandante do GEPE a perna dele tremia porque os policiais do GEPE costumavam bater atrás do joelho: “o cara é dобра”. Segundo este mesmo torcedor, “de bobeira, parado em frente ao Maracanã, os caras vêm, te dão uma porrada e depois apontam a arma na cara, ameaçando: ‘vai ponderar?’” Talvez sejam exageros, mas é inegável a visão da polícia como um inimigo. Eu mesmo pude perceber isso: fui a um jogo com o GEPE e passei toda a partida conversando com eles. Muitos torcedores devem ter pensado que eu era um odioso “policial à paisana” e não pude deixar de sentir o desprezo, o medo e o ódio do torcedor comum em

<sup>6</sup> Em comunicação pessoal por e-mail em agosto de 2012, o Tenente-Coronel Fiorentini, atual comandante do GEPE, me informou que os banheiros foram reformados.

relação ao policial militar. No caso do pessoal das organizadas sua experiência não se limita aos policiais cariocas. Segundo eles há uma competição entre as polícias: em São Paulo os policiais teriam o costume de cutucar e bater com o cassetete e perguntar que polícia bateria mais, a carioca ou a paulista. Já os policiais da mal afamada ROTA adotariam outra técnica: chegam bem perto e provocam: “Tu é viado!”.

Nossa equipe de pesquisa presenciou não poucas cenas de violência policial e/ou incompetência policial. Quando não é o cassetete, é o spray de pimenta, usado com tanta liberalidade que um torcedor chegou a chamá-lo de “Disneylândia” para os policiais, dando a entender que eles se divertiam com ele. De fato, eu mesmo presenciei o uso incorreto do spray de pimenta em São Januário: lançado dentro de um túnel, afetou não somente o indivíduo visado pela ação policial mas também todos os que estavam passando por ali, inclusive crianças. Uma pesquisadora viu um torcedor ser cercado e chutado por oito policiais, outra viu um torcedor muito machucado (mas que não foi preso), cheio de marcas de cassetete nas costas.

Por incrível que pareça, estas pequenas batalhas, às vezes com o saldo de uma testa sangrando, um braço quebrado ou algumas escoriações “leves”, eram muito apreciadas pelos torcedores que nelas se envolviam. Para um determinado grupo de torcedores das torcidas organizadas, estimado em aproximadamente 5 a 7% do total (MURAD, 2012, p. 30), a violência é uma linguagem ou, no dizer de José Miguel Wisnik, eles são praticantes de “um esporte radical de pobres” (WISNIK, 2008, p. 54).<sup>7</sup> A escolta destes torcedores até o estádio e o aparato bélico no entorno permitem a estes membros da “tropa de choque” (termo nativo) das organizadas sentirem-se importantes, porque perigosos. No trabalho de campo que realizei junto a eles, muitos orgulhavam-se de mostrar as cicatrizes, devidamente acompanhadas da história que as justificava, contada com riqueza de detalhes. Enfrentar ou até mesmo apanhar de um policial, melhor preparado e disposto de armas e recursos, era para eles motivo de orgulho. Aqui, ao pensar tão simplesmente em estratégias de repressão a este grupo de jovens, deveríamos nos perguntar: como é que a violência se torna o meio predominante (senão único) de expressão para milhares de jovens? Que tipo de sociedade gera este fenômeno? Eles são anômalos ou é anômalo o contexto histórico e social que os produz? Afinal, como aponta com muita

lucidez a Dra. Tsoukala: não adianta agir sobre os sintomas sem se perguntar pelas causas. A lógica do confronto adotada pela polícia retroalimenta, desta forma, as raízes do fenômeno que ela, nominalmente, deveria impedir (evitar aqui, conscientemente, o uso do termo combater): o sadismo policial encaixa-se perfeitamente no sadomasoquismo torcedor. Até porque apanhar ou bater pelo clube é a prova máxima de amor: um amor que se traduz em violência, uma violência que significa amor...

Também se acusam policiais (neste caso da Polícia Civil) de fazerem a escolta de determinadas torcidas, mediante pagamento. Outro torcedor acreditava que o GEPE havia favorecido uma cilada contra a sua torcida, dividindo-a em pequenos grupos para facilitar uma torcida adversária. Já outro achava que o GEPE havia fornecido informações acerca do trajeto da torcida a uma torcida rival. Não temos como garantir ou rechaçar a veracidade destas acusações, mas o fato é que elas demonstram o baixo nível de confiança na polícia e mesmo no grupamento especializado em policiamento de estádios.

O próprio comandante do GEPE, em uma entrevista, contou-me da presença significativa de policiais envolvidos com a venda ilegal de ingressos (cambistas). Uma das poucas vezes em que registrei a prisão de alguém em um diário de campo foi em um Botafogo x Juventude. No meio de uma das torcidas do Botafogo foi preso um homem armado de revolver, com maconha, muito dinheiro e vários cartões de crédito com nomes diferentes. Era um policial reformado, motivo pelo qual não havia sido revistado por seus colegas.

Certa vez fui assistir a um jogo da segunda divisão do Campeonato Carioca: Bonsucesso e Macaé. Não era decisão de nada, havia um público muito reduzido mas mesmo assim havia policiamento: 3 PMs. Um deles, portando fuzil, resgatou o juiz ao final da partida. Imaginaram a cena? Acho que ela representa muito bem a naturalização de uma perspectiva de “segurança” totalmente equivocada.

Aqui eu creio que já avançamos também em relação à segunda pergunta: *em que medida determinados tipos de gestão da violência nos estádios não somente são incapazes de impedi-la mas na verdade contribuem para sua permanência e até para a sua exacerbação?*

Passemos agora à terceira pergunta: *De que maneira a preocupação com a segurança deixou em segundo plano o respeito à democracia e às liberdades individuais?*

<sup>7</sup> Ver ALVITO, 2013, para um breve apanhado da bibliografia acerca das torcidas organizadas.

Além de tudo que já foi apresentado, recuemos no tempo apenas três anos, até março de 2009, para relembrar o malogrado “Cadastro Nacional dos Torcedores” proposto pelo então Ministro do Esporte Orlando Silva. Em nome da “segurança” visando a Copa de 2014 havia o plano de instituir o cadastramento obrigatório de todos os que quisessem frequentar um estádio da primeira ou segunda divisões do país no ano seguinte, isto é, em 2010. Todos os torcedores deveriam submeter-se não somente à coleta da sua impressão digital mas também a um processo de biometria por reconhecimento da face. Estas informações seriam registradas em um cartão magnético que doravante seria o único meio para ingressar nos estádios. Parecia um sonho de controle totalitário e era mesmo. O Cadastro Nacional dos Torcedores acabou não indo adiante, embora logo em seguida o governo tenha lançado outra iniciativa: o programa Torcida Legal. Agora o objetivo é cadastrar não mais todos os torcedores mas os membros de 475 torcidas organizadas em todo o país. Trata-se de um procedimento de acordo com a lógica identificada pela Dra. Tsoukala: a rejeição do princípio de presunção de inocência em benefício de uma verdadeira presunção de culpabilidade.

Embora a imprensa tenha apoiado claramente estas medidas, o cadastramento das torcidas organizadas está momentaneamente suspenso. Não por conta de uma forte reação da sociedade civil, mas sim por conta de denúncias de corrupção. De qualquer forma, já foram gastos 6 milhões de reais e cadastrados quase 50 mil torcedores.<sup>8</sup>

No caso das torcidas organizadas, as penas são aplicadas coletivamente, ignorando outro princípio legal. As torcidas organizadas participam de maneira muito efetiva da festa que ocorre nos estádios, podendo-se dizer que elas fazem parte da cultura do futebol brasileiro. Apenas uma minoria dentre os torcedores das organizadas se envolve em brigas e confusões. Mas a punição ocorre coletivamente: no caso do GEPE com a suspensão do uso de bandeiras e instrumentos musicais. Ao invés de investigar, prender e punir os responsáveis, todo o público frequentador do estádio é punido. O “poder discricionário dos agentes de segurança públicos” é total: certa vez perguntei ao comandante do GEPE o porquê da proibição da entrada de três faixas de protesto de uma torcida contra a diretoria do clube. Ele

respondeu tão simplesmente que “iria dar problema”, não explicando que tipo de problema, para quem ou com quem. Ele proibiu e pronto.

Por fim, diante deste modelo falido e nefasto, cabe perguntar, mais uma vez seguindo a Dra. Tsoukala: *uma outra racionalidade na gestão do fenômeno daria melhores resultados?*

Sem dúvida alguma. A “lógica do confronto” é ineficaz e perversa, porque contribui para o problema que deveria estar debelando; é como despejar gasolina numa fogueira. No caso brasileiro ainda seria necessário entender que segurança vai muito além de policiamento, tornando-se medidas para que o torcedor seja visto e tratado como um cidadão. No caso das torcidas organizadas, dever-se-ia levar em consideração que hoje talvez elas constituam um dos principais movimentos jovens existentes no país. Criminalizá-las *in toto*, além de ser ilegal e ineficiente, significa perder de vista sua importância cultural e seu potencial como rede de difusão de conhecimentos. O maior desafio, sem dúvida, reside na mudança dos padrões de comportamento da polícia militar: não será fácil mudar a cultura de uma corporação mundialmente conhecida pela violência e pela brutalidade.

#### CONCLUSÃO

Certa vez, conversando com um amigo em um jogo do Liverpool, perguntei a ele acerca do que parecia para mim um “cassetete” nas mãos de um policial do lado de fora de Anfield Road. Era um bastão de madeira, bem fino do que o nosso “cassetete”. Meu amigo ficou horrorizado diante da ideia de que aquele objeto viesse a ser utilizado contra torcedores. Explicou que se tratava de um “bastão de comando”, símbolo empunhado pelo oficial mais graduado. Disse que se tentasse bater na torcida com bastões haveria uma revolta incontrolável dos torcedores, o que nos faz lembrar Edward P. Thompson e a ideia de uma “economia moral da multidão”. De que forma a nossa “naturalidade” diante do cassete é o resultado de mais de trezentos anos de escravidão e da nossa falta de cidadania?

As madeiras de lei eram as madeiras de uso exclusivo da coroa portuguesa após a vinda da corte para o Brasil. Em um sentido amplo designam madeiras de grande qualidade que se tornam valiosas por sua resistência diante de insetos e umidade. Acredito ter demonstrado a inexistência de uma política de segurança para os estádios brasileiros. Existe, no máximo,

<sup>8</sup> Para uma análise detalhada deste processo, ver o ótimo debate feito por SPÓRI, 2012, p. 285-300.

um esquema de policiamento. Não há nenhum respeito pelas leis que assegurariam o conforto e a segurança do torcedor e menos ainda pelos cidadãos. A lei que impõe nos estádios brasileiros é a lei do cassete – o cassetete que, mesmo que não seja feito em madeira de lei, ainda é a madeira da lei.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVITO, Marcos. “Maçaranduba neles! Torcidas organizadas e policiamento no Brasil”. *Tempo* v. 17, n. 34, 2013.
- COX, Richard; RUSSELL, Dave et al. (orgs.) *Encyclopedia of British Football*. London: Frank Cass, 2002.
- DREW, Bryan. Entrevista com Bryan Drew, Diretor do *United Kingdom Football Policing Unit*. Realizada pelo autor em Londres, no dia 20 de março de 2008.
- FROSDICK, Steve; MARSH, Peter. *Football Hooliganism*. Cullompton: Willan Publishing, 2005.
- GARLAND, Jon e ROWE, Michael. “The hooligan's fear of the penalty” In: GARLAND, Jon, MALCOM, Dominic et alii (Orgs.) *The future of football: challenges for the twenty-first century*. London: Frank Cass, 2000, p. 144-157.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.
- HOME OFFICE (2011). Statistics on football-related arrests and banning orders - season 2010-11. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/publications/crime/football-arrests-banning-orders/fbo-2010-11?view=Binary>>. Acesso em: 9 de agosto de 2012.
- MURAD, Maurício. *A violência no futebol*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- O'NEILL, Megan. *Policing football: social interaction and negotiated disorder*. New York: Palgrave MacMillan, 2005.
- SPÖRL, Martin Christoph Curi. *Espaços da emoção: arquitetura futebolística, torcida e segurança pública*. Tese de Doutorado em Antropologia. Niterói, Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2012.
- STOTT, Clifford; PEARSON, Geoff. *Football 'hooliganism', policing and the war on the 'English Disease'*. London: Pennant Books, 2007.
- TAYLOR, Lord. *The Hillsborough Stadium Disaster; 15 April 1989, Inquiry by the RT Hon Lord Justice Taylor - Final Report*. London: HMSO, 1990.
- TEIXEIRA, Rosana da Câmara. *Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas*. São Paulo: Annablume, 2003.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas Organizadas de Futebol*. Campinas, São Paulo: Autores Associados: ANPOCS, 1996.
- TSOUKALA, Anastassia. “La gestion policière du hooliganisme: Anglaterre, Italie, Pays Bas”. In: BASSON, Jean-Charles (Org.) *Sport et Ordre Public*. Paris: La documentation Française, 2001, p. 159-174.
- . “Gérer la violence des estades en Europe: quelles rationalités?”, Comunicação apresentada no dia 25 de abril de 2012 durante o II Simpósio Internacional *Hooliganismo e Copa de 2014*, na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Mimeo, 2012.
- WADDINGTON, David P. *Policing Public Disorder*. Cullompton: Willan Publishing, 2007.
- WILLIAMS, I.; NEIL, M. *Policing football matches*. Leicester: Sir Norman Chester Centre for Football Research, 1993.
- WILLIAMS, John. “‘The Truth’ of the Hillsborough disaster is only 23 years late”. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/2012/09/17/hillsborough-disaster-williams>>. Acesso em: 24 de setembro de 2012.
- WISNIK, José Miguel. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.